

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. (Coleção questões da nossa época; v. 58). 117 p.

O livro “*A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*”, é uma importante referência para compreender as necessidades de adaptação da força de trabalho frente às mudanças no modo de produção capitalista e suas consequências no processo de formação e na vida dos trabalhadores.

O êxito dos autores, Ricardo Antunes, professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, e Geraldo Augusto Pinto, professor de Sociologia do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, experientes professores da área da Educação e da Sociologia do Trabalho, consiste em apresentar os aspectos ideológicos que marcaram as mudanças no mundo do trabalho ao longo do século XX.

A introdução apresenta a pergunta que deu origem ao livro: “*qual foi a escola (ou, mais abrangente, a educação) que vigorou ao longo de todo século XX, chamado ‘século do automóvel’?*” (p.7). Tal pergunta se desdobrou em indagações, que nortearam as demais seções do livro no que se refere ao desenvolvimento do tipo de trabalho, escola e formação com a industrialização capitalista no século XX.

Na primeira seção a “*Produção e trabalho alienado*”, os autores fazem uso de conceitos marxistas para indicar que o mundo da produção não se restringe à produção, propriamente dita, “*mas ao modo de produção e reprodução da vida*” (p.10). Na sociedade capitalista, o trabalho assume a forma de uma atividade alienada e estranha ao indivíduo,

¹ Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Grande Rio, Especialização em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares na mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ) e da Rede Universitas-BR. Atualmente é docente I na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Adultos, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, políticas públicas para formação do trabalho e renda, qualificação profissional, educação profissional e tecnológica.

concepção que se desdobra ao longo das próximas seções. De acordo com tal visão, a sociedade de classes é determinada pela economia política, uma ciência que enxerga a economia e a política na sociedade como inter-relacionadas.

A segunda seção apresenta “*O sistema taylorista de gestão do trabalho*” não só como um processo de produção, mas como um novo projeto de sociedade que, além da exploração da força de trabalho, visava a reprodução de uma relação desigual em outras esferas da sociedade. Na época da “sociedade do automóvel” (p.17), onde este era artigo de luxo, nascia nas fábricas metalúrgicas a administração científica de Taylor. Esta, pregava o trabalho manual para trabalhadores operacionais e o trabalho intelectual para a gerência.

A gerência deveria evitar a “cera” no trabalho, ou seja, o baixo rendimento proposital dos trabalhadores para diminuir os lucros dos patrões. Buscava-se otimizar a exploração do trabalho e a extração de mais-valia, por meio da aplicação de métodos “científicos” para aumentar a produtividade. O objetivo central era extrair ao máximo o conhecimento do trabalhador e reduzir o saber-fazer acumulado pela classe trabalhadora à mera execução de tarefas. Com isso, a possibilidade de barganha dos trabalhadores seria reduzida e eliminaria a dependência dos proprietários dos meios de produção da classe trabalhadora para compra, consumo e reprodução da força de trabalho para esfera produtiva e além dela.

As proposições de Henry Ford convergiam com a de Taylor. Podemos dizer que elas foram “aperfeiçoadas”. Como mostra a terceira seção “*Ford e a produção industrial em larga escala*”, como presidente da fábrica de automóveis *Ford Motor Company*, criou a linha de montagem em série e a padronização da produção em larga escala, que consolidou a sociedade do automóvel. Ford criou o que muitos acreditam ser a “indústria de massa”. Assim como Taylor, Ford era obcecado pela produtividade e a qualificação do trabalhador ficou submissa à padronização capitalista imposta pela gerência.

Ford acreditava que os trabalhadores também eram prejudicados pela baixa produtividade e buscava a capacidade de produzir em massa, reduzindo os custos da produção e aumentando os lucros. Desenvolveu formas de controle do trabalho, por meio do “estudo e a aplicação prescritiva de métodos de execução das atividades, acompanhados de projetos de ferramentas especiais voltadas para cada tarefa” (p. 40). Para abolir o trabalho que não gerava valor e fixar os trabalhadores nos postos, colocou as ferramentas e máquinas ao alcance dos trabalhadores. Nascia a linha de montagem

automática na fábrica de Detroit em 1913, por meio da adaptação de um equipamento que era usado em matadouros.

Entretanto, Ford superou Taylor ao estabelecer uma cadeia única de tarefas interligadas com movimentos mecânicos sem interferência da mente e metas que, se alcançadas, resultariam em aumento do salário e até redução da jornada de trabalho. O aumento extraordinário de mais-valia resultou em ganhos salariais para os trabalhadores, tanto quanto intensificou a exploração. A união dos dois sistemas de produção resultou no sistema taylorista-fordista caracterizado pela “submissão da qualificação dos/as trabalhadores/as aos ditames da subsunção real do trabalho ao capital” (p. 46).

A quarta seção “*O sistema taylorista-fordista e o novo mundo da fábrica*”, desvela-se como um sistema que transformou a produção, o trabalho e a vida no século XX. Este, não se resumiu a um modo de produção, mas um “movimento de reestruturação produtiva nos Estados Unidos” (p. 50), de ampliação da produção e do consumo, e ataque ao trabalhador coletivo organizado. O produto do trabalho humano transformou-se no resultado de operações mecanizadas e fragmentadas que se complementam. Portanto, um novo tipo de trabalhador adaptado à uma nova configuração da produção capitalista, dentro de um novo projeto de sociedade, um novo cidadão, que poderia ser facilmente substituído. À época, foram impostas novas formas de exploração da força de trabalho na indústria, aliadas às novas qualificações e formas de persuasão e coerção dos operários, a fim de adaptá-los às mudanças em curso e à intensificação da exploração. Além do combate aos sindicatos e às estruturas de reprodução das qualificações dos trabalhadores fora das fábricas.

Os autores ressaltam que o aumento dos salários para cinco dólares o dia de trabalho não foi, como muitos pensam, para estimular o consumo e sim para estabilizar o sistema de produção. Como esse aumento do salário poderia gerar, além de conforto ao trabalhador, hábitos nocivos para a saúde, funcionários específicos ficavam responsáveis por acompanhar a vida pessoal dos trabalhadores, a fim de evitar o consumo excessivo de álcool e a atividade sexual irregular, que poderiam prejudicar a produção. Por outro lado, foi um período de lutas e conquistas dos sindicatos, os quais alertavam que a ausência de qualificação poderia reduzir o valor da força de trabalho.

Mais adiante, diversos elementos sociais, econômicos e políticos levaram a crise do padrão de acumulação taylorista-fordista. Na tentativa recuperar a sua hegemonia, o capital acrescenta novos elementos ao taylorismo-fordismo, a partir da experiência da

Toyota Motor Company. A quinta seção se dedica ao “*O toyotismo e sua empresa enxuta e flexível*”, que tem como principal elemento a produção vinculada à demanda e redução do estoque, é o princípio do *just in time*. O trabalhador opera várias máquinas ao mesmo tempo para atender uma demanda oscilante. Tal variação, demanda flexibilidade e o modelo anterior gerava estoque, seja de trabalhadores ou de insumos, que eram vistos como desnecessários. É o setor de vendas que dispara a produção.

Com o Toyotismo a intensificação da exploração do trabalho se deu pela polivalência, ou seja, pelo fato do trabalhador ter assumido novas responsabilidades e funções ao operar número maior e variado de máquinas. Com a redução dos trabalhadores, as fábricas tentaram parecer serem ambientes mais participativo com gerência e trabalhadores no mesmo patamar. No entanto, a exploração do trabalho se intensificou à medida que a alienação se interiorizava e se complexificava.

Como mostra a sexta seção “*A educação utilitária fordista e sua pragmática da especialização*”, para compreender o tipo de educação exigida pelo capital, precisamos compreender qual tipo de qualificação é desejável. O taylorismo-fordismo visava a todo custo uma qualificação reduzida a tarefas rotinizadas, pobres de conhecimentos teóricos e práticos em função de um saber imposto de forma unilateral e unidimensional como forma de trabalho abstrato e alienado, mesmo na gerência. Sem poder de barganha frente aos empresários, os trabalhadores podiam ser substituídos quando necessário.

À época, o projeto de educação adotado nas escolas técnicas ditas “profissionalizantes”, na verdade, formava força de trabalho para o mercado e perpetuava a divisão social entre trabalho manual e intelectual, como a Escola Industrial criada por Ford para atender jovens em situação de vulnerabilidade social. Além desta, na década de 1940, surgiu nos Estados Unidos o programa de organização da produção *Training Within Industry* (TWI), recomendado mundo afora pela Organização Internacional do Trabalho.

No Brasil, o TWI foi consolidado com a experiência da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAEI) em 1946. Mesmo com o fim da comissão, o programa foi adotado em treinamentos propostos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os autores ressaltam o papel da escola, dos professores, das avaliações e dos conteúdos curriculares na perpetuação e na moldagem do aluno para a divisão social do trabalho, legitimando essa desigualdade como resultado do mérito individual.

A sétima seção “*A educação flexível e a pragmática da multifuncionalidade liofilizada*”, destaca a experiência do TWI no aumento da produtividade no Japão e como a *Toyota Motor Company* adaptou o programa estadunidense e lançou o seu próprio sistema de organização, o *Toyota Training Within Industry* (TTWY) ao longo dos anos de 1950 e 1960. Este, manteve as experiências que buscavam a elevação da produtividade, por meio do detalhamento das operações, eliminação do desperdício e aproveitamento ao máximo das capacidades dos trabalhadores com a introdução de máquinas mais sofisticadas. A formação no interior da fábrica foi valorizada.

Assim como no taylorismo-fordismo, o toyotismo precisava disseminar a educação requisitada pelo seu sistema de produção, voltada para a flexibilização, adaptação, autonomia, desespecialização e multifuncionalidade. Nesse contexto, emergiram as Universidades corporativas com a oferta de cursos “flexíveis”, processo que foi facilitado pela expansão da modalidade à distância. Para atender os imperativos do capital, as Reformas educacionais deveriam ter uma concepção de escola e educação flexibilizada. Com isso, a teoria do capital humano se consolidou como ideal de investimento individual do trabalhador para garantir a sua empregabilidade.

De forma breve na oitava e última seção “*Uma educação em outro modo de vida: uma breve nota conclusiva*”, os autores indicam a direção para a construção de uma sociedade que produz bens socialmente úteis e uma educação que não fortaleça a divisão entre trabalho intelectual e manual. Para tal, deveríamos ter escolas humanistas e omnilaterais em oposição às escolas unilaterais do capital, destinadas ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Portanto, o embrião de uma “escola de liberdade”, sem orientação mecânica, livre, não instrumental, emancipada e não alienada. A meu ver, tal orientação para a superação do modelo dual de educação deveria ter sido mais explorada, dada a robustez do modelo de educação do capital em nossa sociedade.

A necessidade de repetição de algumas informações não chegou a deixar leitura desinteressante, mostrou-se necessária para que o leitor contextualize os fatos e relacione os seus desdobramentos com os projetos de hegemonia em disputa. Nesse sentido, os autores ressaltam a necessidade de adaptação dos trabalhadores e da qualificação profissional diante da expansão capitalista. Ao longo da obra é possível perceber como os diferentes modos de produção do século XX mantiveram e especializaram o caráter alienante da produção do século XIX, à medida que o capital tentava eliminar a todo momento o saber acumulado pela classe trabalhadora. Entretanto, é importante ressaltar

que não foi um processo passivo, mas que foi confrontado a todo momento pela luta dos operários.

Apesar da ausência de uma definição do que seria a “fábrica da educação”, diante do percurso analítico adotado, tudo indica que essa “fábrica” se materializa na empresa e no sistema educacional capitalista, que se renova para manter a dominação do capital. Desse modo, a presente obra destaca-se, não apenas no campo educacional, pela sua importância na análise do desenvolvimento dos modos de produção e da formação do trabalhador na sociedade capitalista em múltiplos contextos. A obra oportuniza a reflexão de todos que desejam compreender como as mudanças no modo de produção capitalista interferem não só na formação do trabalhador, mas na sociedade como um todo.